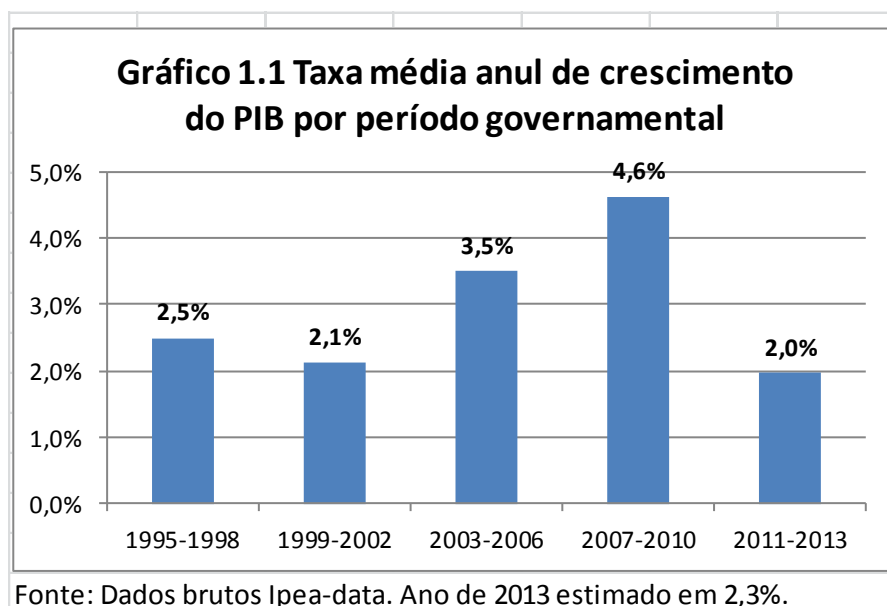


## A economia e as contas públicas não vão bem

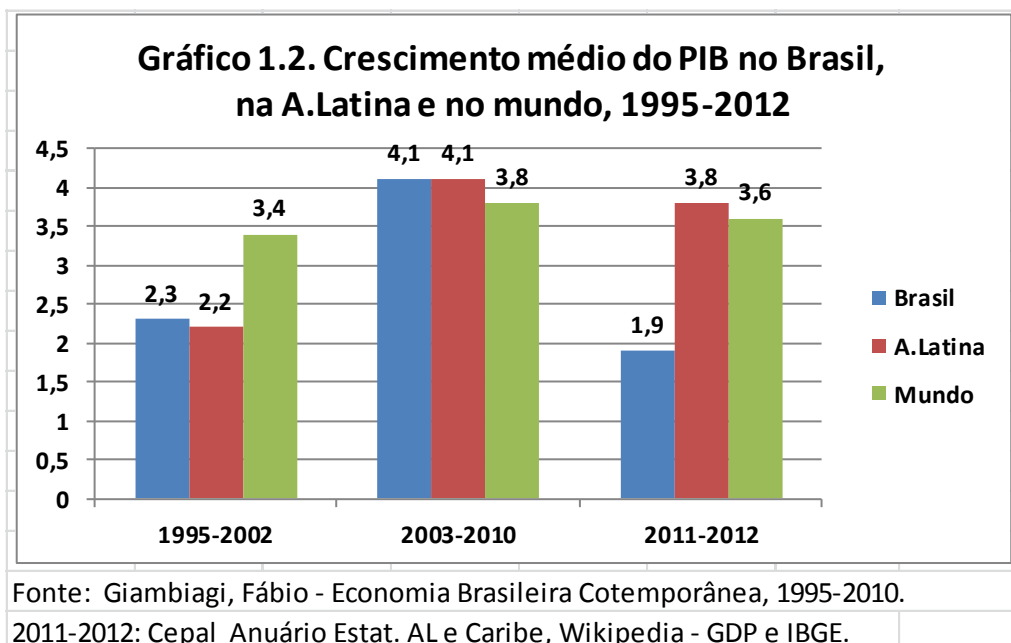
Darcy Francisco Carvalho dos Santos

### 1. Crescimento do PIB brasileiro

A taxa de crescimento do PIB brasileiro foi de 2,5% e 2,1% nos dois primeiros períodos do governo FHC, numa média de 2,3%. No governo Lula essa média foi de 4,1%, voltando a cair no Governo Dilma, para 2% (Gráfico 1.1).

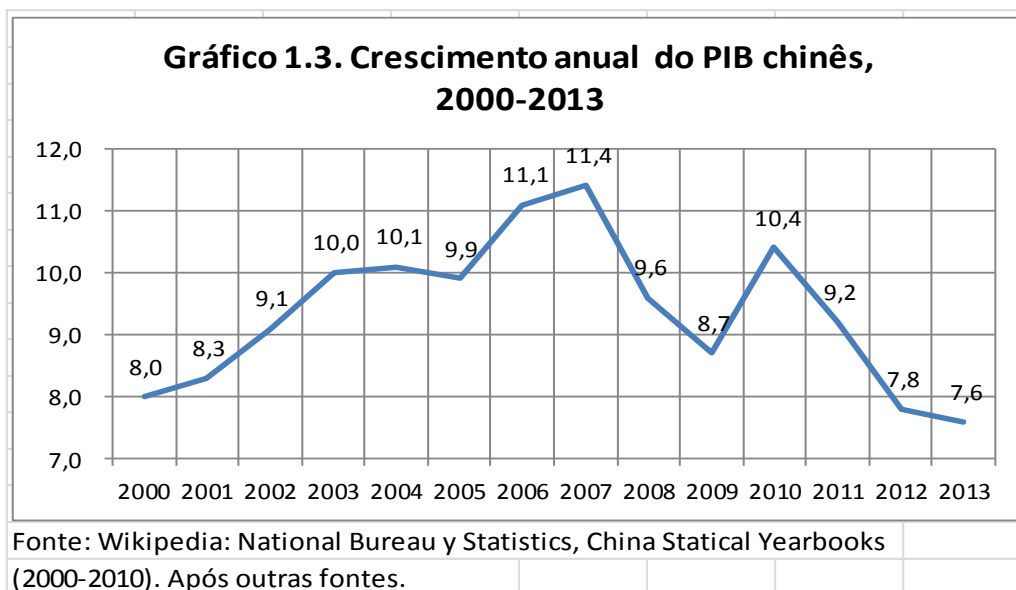


É interessante notar que no período 1995-2002, o PIB brasileiro cresceu em número semelhante ao da América Latina e menor que o do mundo. No período 2003-2010, o Brasil cresceu exatamente igual à América Latina e um pouco mais que o mundo. Já no biênio 2011-2012 o crescimento brasileiro foi a **metade do crescimento da América Latina** e bem abaixo do crescimento mundial (Gráfico 1.2).



As causas dessa queda de crescimento brasileiro são muitas e referidas constantemente pelos principais economistas brasileiros, como a intervenção excessiva na economia, o endividamento das famílias, a inflação que retira o poder aquisitivo, a reduzida poupança o que impede uma maior intensificação de capital. A baixa qualidade da educação também é outro fator. A alta carga tributária também é uma das causas, mas que tenderá aumentar pelo nível de exigência da população quanto à intensificação dos serviços públicos. E também pela rigidez de muitas despesas públicas, por sua natureza e pelas altas vinculações da receita.

Um fator preponderante para o crescimento do período 2007-2010 está perdendo força, o crescimento chinês, conforme se verifica no Gráfico 1.3. A China passou a ser o primeiro parceiro comercial do Brasil, sendo um grande importador de “commodities” agrícolas e metálicas, que têm predominado na nossa pauta de exportação. O crescimento da economia mundial e da América Latina que foram altos no período citado, perderam um pouco o ímpeto.



## 2. Situação fiscal

Ao longo dos tempos aumentamos os gastos primários para o que foi necessário aumentar a carga tributária, que, apesar de alta, não é suficiente para a formação de um superávit primário que evite a expansão da dívida pública. É o que veremos a seguir.

### 2.1. Carga tributária

Com o passar do tempo, todos os entes federados aumentaram sua participação na carga tributária nacional em termos de porcentagem do PIB. Já em termos de participação total, a União apresentou leve redução, passando de 59,4% em 1960 para 56,9% em 2013. Os municípios triplicaram sua participação, passando de 6,6% para 18,5%, embora tenham aumentado muito suas atribuições. Além disso, por serem muito dependentes de transferências federais, são os que sofrem os maiores impactos das desonerações fiscais, como a que ocorreu recentemente, com o IPI dos automóveis, da linha branca e a CIDE.

Os Estados, apesar de terem passado de 5,9% do PIB em 1960 para 9,12% em 2013, baixaram sua participação de 34% para 24,6% no mesmo período. E isso explica, em grande parte, a crise por que passam.

Tanto Estados como Municípios sofrem os efeitos de leis criadas em Brasília, em dissonância com suas capacidades financeiras, como a lei do piso nacional do magistério e a aplicação de 12% em saúde com a nova regulamentação da Emenda nº 141/2012, que elevou esse percentual para 15%, na prática.

A participação da União, na prática, é de 51%, porque 5,9% que a ela se destina não é por ela aplicado, como é o caso do FGTS e o “Sistema S”, pelo menos por intermédio do orçamento geral (OGU). Mesmo assim, é uma alta participação, porque resta menos da metade para os demais entes, tendo em vista as tantas atribuições desses últimos.

A Tabela 2.1 traz a participação dos entes federados, quanto à receita disponível, isto é, após as transferências constitucionais. Não contempla as transferências voluntárias, só as obrigatórias decorrentes da Constituição.

**Tabela 2.1. Receita disponível \* por esfera de governo e sua distribuição, 1960-2012**

ANO	União	Estados	Municípios	Total	União	Estados	Municípios	Total
	Em % do PIB				Em % do total			
1960	10,40	5,90	1,10	<b>17,40</b>	59,4	34,0	6,6	100,0
1980	17,00	5,50	2,10	<b>24,60</b>	69,2	22,2	8,6	100,0
1988	14,00	6,00	2,40	<b>22,40</b>	62,3	26,9	10,8	100,0
2000	17,01	7,96	5,02	<b>29,99</b>	56,7	26,5	16,7	100,0
2010	19,35	8,58	6,26	<b>34,19</b>	56,6	25,1	18,3	100,0
2011	20,46	8,84	6,52	<b>35,83</b>	57,1	24,7	18,2	100,0
2012	21,14	9,12	6,87	<b>37,13</b>	56,9	24,6	18,5	100,0

Fonte: Khair, Amir; Araújo, Erika Amorim; Afonso, José Roberto. Carga Tributária

- mensuração e impacto sobre o crescimento, até 1988. 2000: Receita Federal do Brasil

2010-2012- Carga Tributária Global no Brasil/Bruta. Afonso, José Roberto e Castro, Kleber.

Da parcela da União, em 2012, 2,17% do PIB ou 5,9% do total pertencem ao FGTS e ao "Sistema S".

(\*) Após as transferências constitucionais.

## 2.2. Gastos primários

Apesar dessa enorme participação na carga tributária, 56,9% ou 21,14% do PIB, a União investe pouco mais de 1% do PIB e consegue pagar menos da metade dos juros e, assim mesmo, o superávit primário que viabiliza isso tem sido inflado por truques contábeis ou por receitas eventuais, conforme vemos mais adiante.

O Brasil apresenta um crescimento contínuo dos gastos primários (sem os juros da dívida), que são financiados por aumento de carga tributária. Eles passaram de 13,7% do PIB em 1991 para 22,9% em 2013 (Tabela 2.2).

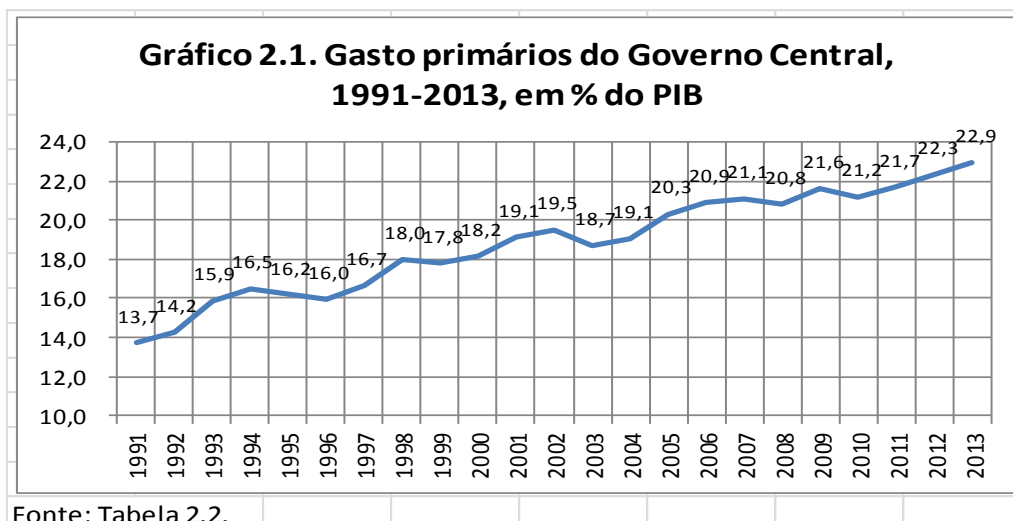
Aumentaram em todos os governos, inclusive no período 2003-2010, quando o PIB cresceu mais. A abertura necessária desses dados pode ser obtida no *site* da STN.

O aumento de participação do INSS não significa aumento do déficit nessa mesma proporção. Mas houve contribuição para o aumento da carga tributária por meio do aumento das contribuições previdenciárias em que, de 1926 até hoje, a dos empregados foi triplicada e das empresas foi multiplicada por sete. Além disso, a contribuição patronal não está sujeita ao teto que tem a contribuição dos empregados, desde 30/12/1986.

<b>Ano</b>	<b>Transfer. Est/Munic.</b>	<b>Pessoal -(1)</b>	<b>INSS (2)</b>	<b>Outras</b>	<b>Despesa primária</b>	<b>Desp. prim. sem transfer.</b>
1991	2,65	3,80	3,36	3,90	13,71	11,10
1992	2,67	3,93	4,25	3,39	14,24	11,60
1993	2,87	4,52	4,94	3,55	15,88	13,00
1994	2,55	5,14	4,85	3,96	16,50	14,00
1995	2,60	5,13	4,62	3,82	16,17	13,55
1996	2,53	4,84	4,89	3,69	15,95	13,47
1997	2,66	4,27	5,01	4,73	16,67	14,01
1998	2,91	4,56	5,45	5,04	17,96	15,05
1999	3,28	4,47	5,50	4,52	17,77	14,49
2000	3,42	4,57	5,58	4,58	18,15	14,73
2001	3,53	4,80	5,78	4,99	19,10	15,57
2002	3,80	4,81	5,96	4,94	19,51	15,71
2003	3,54	4,46	6,30	4,37	18,67	15,13
2004	3,48	4,31	6,48	4,80	19,07	15,59
2005	3,91	4,30	6,80	5,29	20,30	16,39
2006	3,92	4,45	6,99	5,52	20,88	16,96
2007	3,97	4,37	6,96	5,78	21,08	17,11
2008	4,39	4,31	6,58	5,52	20,80	16,41
2009	3,94	4,68	6,94	6,04	21,60	17,66
2010	3,73	4,42	6,76	6,26	21,17	17,44
2011	4,16	4,33	6,79	6,37	21,65	17,49
2012	4,12	4,23	7,19	6,74	22,28	18,16
2013	3,94	4,21	7,41	7,36	22,92	18,98
<b>Varição</b>	<b>1,29</b>	<b>0,41</b>	<b>4,05</b>	<b>3,46</b>	<b>9,21</b>	<b>7,88</b>

Fonte: Giambiagi, Fabio. Dezesete Anos de Política Fiscal no Brasil:1991 a 2007 e Secretaria do Tesouro Nacional. (1) Inclui inativos e pensionistas da União.  
(2) Somente benefícios previdenciários.

O Gráfico 2.1 mostra a evolução dos gastos primários totais no período 1991-2013, onde se constata que passaram de 13,7% do PIB em 1991 para 22,9% em 2013, incluindo os investimentos. Tudo isso foi financiado por aumento de carga tributária ou redução do superávit primário, que significa mais endividamento.



A participação dos investimentos nos gastos primários corresponde a pouco mais de 1% do PIB, conforme se verifica no Gráfico 2.2, embora venha numa marcha ascendente desde 2003. Em 2012 e 2013, o percentual só foi mantido pela inclusão do programa Minha Casa Minha Vida na categoria de investimentos do Governo Central, pela Lei nº 12.693/2012.



O superávit primário nos últimos dois anos apresentou sensível queda, ao passar de 2,4% do PIB em janeiro/2012 para 1,6% em dezembro/2013, percentual esse que seria de apenas 0,9% não fossem **as receitas eventuais** do Leilão de Libra e as do Refis, que totalizaram R\$ 32,9 bilhões em novembro/2013 (Gráfico 2.3). Isso tem sido motivo de grande preocupação do

governo federal, a ponto de desistir do projeto de negociação da dívida dos Estados que ele mesmo tinha proposto.



O Brasil foi dominado por um ufanismo em virtude do grande crescimento do PIB no período 2003-2010, que mais do que dos méritos internos que existiram, decorreu de um crescimento também da economia mundial e da América Latina, conforme referido.

E o mais grave nisso é que criamos despesas que não podem ser reduzidas facilmente e isso podem gerar consequências muito graves para as finanças e para a economia nacional. Como exemplo, temos que em 2012, a receita total cresceu 7,2% e a despesa total sem as transferências, 11,1%, tudo em termos reais.

Em 2013, a defasagem foi menor, de 4,6% para 6,8% nos mesmos indicadores, mas devemos levar em conta a participação dos ingressos eventuais referidos, que sem eles, o crescimento da receita seria de apenas 1,8%. Feito esse ajuste, teríamos **1,8% para a receita e 6,8% para a despesa.**



### 2.3. Juros da dívida pública

Os juros, apesar de importarem em **R\$ 185,5 bilhões em 2013**, têm se mantido mais ou menos constantes em relação ao PIB. Deve ser destacado que entre 2003 e 2013 foram aplicados em torno de R\$ 400 bilhões pelo BNDES em financiamento de empresas com juros subsidiados pelo Tesouro Nacional, que paga a Selic na captação e repassa ao BNES, que cobra a TJLP (5%). Isso faz aumentar a **taxa implícita de juros**, que passa ser bem maior que a Selic. Não parece ser uma boa política, porque ajuda a formação de oligopólios, além do custo suportado pelo Tesouro Nacional e o aumento do endividamento.

A Tabela 2.3 mostra que o superávit primário formado pelo Governo Central atinge menos da metade dos juros devidos. O período completo de 2001-2013 não denota piora do resultado primário. Ela aparece quando se compara o comportamento mensal decrescente deste nos últimos 24 meses, demonstrado no gráfico 2.3, anteriormente citado.

A parcela não pagas dos juros, o **resultado nominal**, se incorpora ao estoque da dívida, gerando mais juros no futuro. Por isso, o crescimento contínuo da dívida pública federal. A propósito, o conceito de dívida líquida precisa ser revisto, porque os créditos que dela são abatidos tem um prazo de recebimento muito mais longo que o dos débitos.

<b>Tabela 2.3 - Resultado primário, juros nominais e resultado nominal do Governo Central, 1997-2013 - Em % do PIB</b>				
Médias anuais nos períodos especificados				
<b>Períodos</b>	<b>Juros nominais</b>	<b>Resultado primário</b>	<b>Resultado nominal</b>	<b>Res.primário/juros</b>
1997-2002	3,68%	1,32%	-2,36%	35,89%
2003-2010	4,61%	2,21%	-2,40%	47,88%
2011-2013	3,86%	1,92%	-1,93%	49,88%

Fonte dos dados brutos: STN - Resultado Fiscal do Governo Central.

Os dois fatores principais que levam ao aumento dos juros são o aumento da taxa Selic, que já está em 10,75%, e o reduzido superávit primário. Retirando-se a inflação, a **taxa real de juros** fica em torno de 4,5%, uma das mais altas do ano. Além disso, a taxa implícita é muito maior, conforme citado.

O superávit primário deve ser real. Os truques, a contabilidade criativa ou a exclusão dos investimentos do PAC do cálculo descaracterizam o superávit primário como poupança para pagar a dívida.

A contabilidade criativa não cria recursos, portanto, não atinge a finalidade, apenas mascara a situação, substituindo o fato pela versão. É como o mau aluno que, na prova, substitui o saber pela cola. Passa de ano, mas não se prepara para a vida.

#### **2.4. Um elefante na sala**

O Brasil apresenta um enorme rombo previdenciário no presente e com tendência a grande expansão no futuro. As reformas da previdência ficaram incompletas, porque as pessoas continuam se aposentando precocemente. Além disso, no processo de transição demográfica pelo qual passamos está ocorrendo um envelhecimento acentuado da população, adiante comentado.

Apesar disso ainda somos um país com predominância de jovens, só que dependemos com previdência em torno de 12% do PIB (dado de 2006), o mesmo que dependem países como Holanda, Reino Unido e Espanha com população cujo envelhecimento é o dobro ou o triplo do nosso.

E o pior é que assistimos isso sem nenhuma preocupação. É como tivéssemos um elefante na sala e não nos déssemos conta.

A Tabela 2.4 mostra o déficit total da previdência em 2013, na ordem de R\$ **112,6 bilhões**. O do regime dos servidores públicos (RPPS) é o maior e mais injusto, porque beneficia em torno de um milhão de pessoas enquanto o INSS (RGPS) apresenta um déficit menor e beneficiou 27 milhões de pessoas.

O problema maior está no crescimento do déficit do RGPS. Porque, enquanto o RPPS cresceu a uma taxa de 1,89% entre 2000 e 2013, o Regime Geral (INSS) cresceu 6,17% (Tabela 2.4).

<b>Tabela 2.4. Resultado primário do RPPS e RGPS</b>				
Em R\$ bilhões constantes				
<b>Ano</b>	<b>RPPS *</b>	<b>RGPS **</b>	<b>Total</b>	<b>Total %</b>
2000	(49,1)	(22,9)	(72,0)	100,00
2001	(52,3)	(27,3)	(79,6)	110,47
2002	(57,9)	(33,3)	(91,2)	126,69
2003	(53,4)	(45,1)	(98,6)	136,87
2004	(52,1)	(51,3)	(103,4)	143,53
2005	(48,4)	(56,4)	(104,8)	145,45
2006	(50,6)	(60,6)	(111,2)	154,40
2007	(51,9)	(62,4)	(114,3)	158,73
2008	(55,5)	(47,6)	(103,1)	143,18
2009	(59,0)	(53,8)	(112,7)	156,47
2010	(61,2)	(51,2)	(112,4)	156,02
2011	(61,0)	(39,8)	(100,8)	139,96
2012	(61,1)	(43,4)	(104,5)	145,07
2013	(62,7)	(49,9)	(112,6)	156,28
<b>Taxa</b>	<b>1,89%</b>	<b>6,17%</b>	<b>3,49%</b>	
Fonte dados brutos: STN e RREO do Governo Federal.				
* Regime próprio dos servidores				
** Regime Geral da Previdência Social (INSS)				

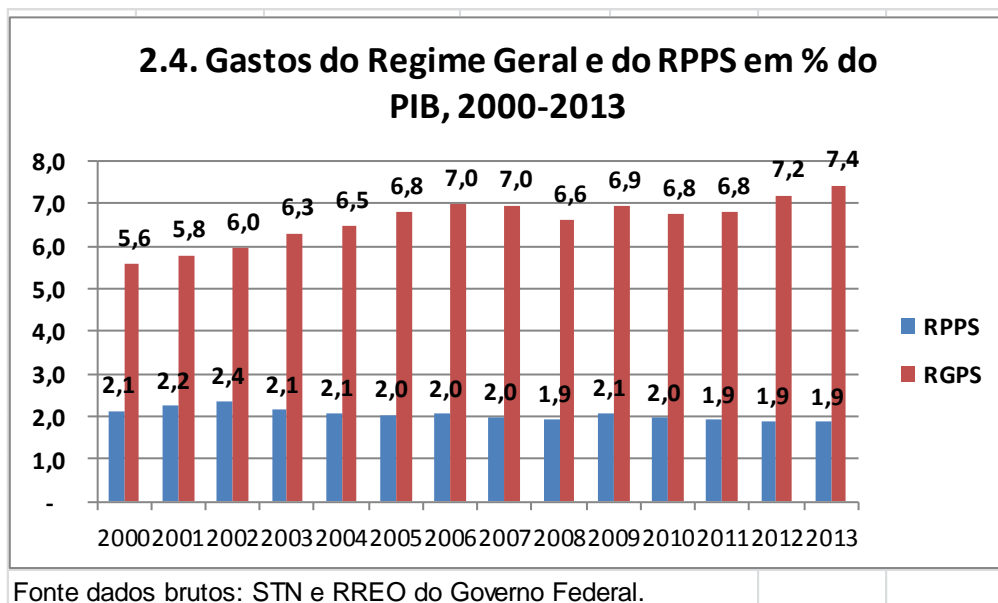
Quando se examina a despesa, o RPPS está em torno de 2% do PIB, com tendência declinante, o RGPS tem tendência crescente, ao passar de 5,6% para 7,4% do PIB entre 2000 e 2013 (Gráfico 2.4).

Mesmo que o crescimento da despesa não signifique déficit, ela implica ou implicou em aumento de contribuição, que compõe a carga tributária, contribuindo para seu aumento, conforme já citado.

Para o caso do RPPS, embora as reformas tenham produzido modificações para o futuro, ainda permanece todo o período de transição que mantém as aposentadorias pela integralidade, o que deixará existir para os servidores que ingressarem a partir de janeiro/2014 ou mesmo para os que entraram antes, se no momento da aposentadoria não tiverem 20 anos de serviço público entre outras condições.

Para os que entraram a partir de janeiro de 2014 e se o Poder Público adotar o Regime de Previdência Complementar, estará dando ao servidor público nos ganhos até o teto do Regime Geral o mesmo tratamento que é dado ao trabalhador privado. O ideal seria que desde agora fosse adotada a

média para o cálculo do benefício, pois só assim estaríamos cumprindo a Constituição no tocante ao equilíbrio atuarial. Mas não é isso que disciplina a Constituição, que ainda mantém a integralidade e a paridade para os casos citados.



#### 2.4.1. Regime Geral (INSS)

O grande problema do Regime Geral está do déficit da previdência rural, com a aposentadoria do trabalhador rural que, diga-se de passagem, tem **relevante importância social**, principalmente para evitar o êxodo para as cidades. Esse encargo representou em 2013 R\$ 74,2 bilhões de déficit, com um crescimento nominal de 13,5% sobre o ano anterior (Tabela 2.5).

**Tabela 2.5. Resultado primário do Regime Geral por clientela, 2012-2013**

Descrição	Bilhões correntes		Var. %	Em % do PIB	
	2012	2013		2012	2013
<b>Clientela</b>					
Urbana	24.547,4	24.342,3	-0,8%	0,56	0,51
Rural	- 65.372,4	- 74.198,5	13,5%	-1,49	-1,54
<b>Total</b>	<b>- 40.825,0</b>	<b>- 49.856,2</b>	<b>22,1%</b>	<b>-0,93</b>	<b>-1,03</b>

Fonte: RGPS - Resultado primário Governo Central - STN.

Criada em 1971 para o trabalhador que atingisse 65 anos e no valor de meio salário mínimo, a aposentadoria do trabalhador rural foi uma das maiores

obras sociais do País. Ocorre que a Constituição de 1988, além de reduzir a idade para 60 anos, aumentou para um salário mínimo integral e estendeu aos dois cônjuges. Como salário mínimo tem recebido aumentos reais sistemáticos desde o Plano Real (julho/1994) e se trata de uma política que deve continuar, a situação ficará insustentável com o passar do tempo.

Além disso, está impedindo a concessão de reajustes maiores ao salário mínimo tão necessários ao trabalhador urbano que tem muito mais encargos pecuniários, ao contrário do rural que não os possui, como o aluguel, a água, a condução diária, entre outros.

Respeitando o direito adquirido, é uma política que precisa ser revista, estabelecendo uma nova referência que seja corrigida pelo IPCA ou estabelecendo caráter contributivo para o segundo cônjuge.

A simples retirada desse encargo da conta da previdência, como pensam alguns, não resolve o problema do Tesouro Nacional que apenas mudará a classificação contábil do gasto.

Quando ao trabalhador urbano, a conta é superavitária, mas se aprovarem muitos dos projetos destinados a antecipar a idade mínima para as aposentadorias logo estará deficitária. A própria revogação do fator previdenciário, tão defendida pela maioria, contribuirá para isso.

## **2.5. Reformas que ficaram por fazer**

a) Aumento da idade mínima e do tempo de contribuição para o professor. A professora se aposenta dez anos antes de um homem que não seja beneficiado por aposentadoria especial. As aposentadorias especiais (com 5 ou 10 anos) a menos atingem 87% dos servidores do RS e deve ser o mesmo para os demais Estados.

b) Da mesma forma deve ser dado tratamento igual à mulher. A mulher vive mais, mas se aposenta com cinco anos a menos na idade e de contribuição. Trata-se de uma legislação que vem de uma época em que a mulher tinha duas e até três jornadas de trabalho, o que não ocorre mais, porque o homem divide com ela quando não assume por completo os afazeres domésticos.

c) Incluir os militares na reforma, dando tratamento isonômico aos civis, porque isso está causando grande prejuízo aos Estados, pelo tratamento idêntico dado ao pessoal da segurança pública; A relação inativos/ativo, no Governo Federal que entre os civis é de 0,56, entre os militares é de 1,65 (dados de 2011).

d) Modificar os critérios da pensão por morte, em que o Brasil despense mais de 3% do PIB, enquanto os países da OCDE despendem 0,8%.

No Brasil a pensão por morte possui as seguintes características:

Caráter vitalício.

Independente da situação econômica do beneficiário.

Não se condiciona a qualquer limite de idade ou da existência ou não de dependentes;

Pode ser acumulada com qualquer outro benefício previdenciário ou rendimento, desrespeitando o teto constitucional em muitos casos.

Corresponde a 100% do benefício do aposentado ou do valor do salário de contribuição até o teto do RGPS, mais 70% do excedente. (*MPS, Debates, 1ª. edição 2009, p. 25 a 27*).

Essas reformas são ainda mais necessárias **para os estados e municípios**, tendo em vista o maior número de professores do ensino fundamental, que estão amparados por aposentadorias especiais. E também pela da segurança pública, no caso dos Estados. Sem essas reformas não há solução nem para a educação, nem para segurança pública e nem para as finanças estaduais.

## **2.6. Transição demográfica**

Outro sério problema é a transição demográfica por que passa a população brasileira em que na Tabela 2.6 apresenta alguns dados:

A relação entre as pessoas com mais de 60 anos e as em idade ativa, 15 a 59 anos, passará de 7,52 em 2000 para 1,93 em 2050.

Se a comparação for com as pessoas com 65 ou mais anos e as com 15 a 64 anos, em 2050 essa razão atinge 2,8.

O número de idosos com mais de 65 anos passará de 5,6% da população em 2000 para 22,6% em 2060.

Tudo isso está a mostrar o grande problema previdenciário que nos aguarda e também econômico, porque teremos que compensar essa redução de mão de obra por mais educação, tecnologia e capital, para o que precisamos de poupança, que também temos pouca.

<b>Tabela 2.6. Razão de dependência de idosos e índice de idosos da população brasileira, 2000-2050</b>					
<b>Descrição</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>2020</b>	<b>2030</b>	<b>2050</b>
60+/15-59 anos	13,3%	15,6%	21,2%	29,2%	51,9%
Inverso	7,52	6,43	4,73	3,43	1,93
65+/15-64 anos	8,7%	10,0%	13,5%	19,5%	35,8%
Inverso	11,48	9,98	7,40	5,13	2,79
<b>65+ anos /total</b>	<b>5,6%</b>	<b>6,8%</b>	<b>9,4%</b>	<b>13,4%</b>	<b>22,6%</b>

Fonte: IBGE - Projeção da População por sexo e idade, 2000-2060

### 3. Balanço de pagamentos

Nos últimos dois anos, o saldo da balança comercial caiu de praticamente US\$ 30 milhões para US\$ 2,6 milhões. Isso contribuiu para o aumento do **déficit** de transações correntes, que atingiu **a R\$ 81,4 milhões**. Nesse ano o ingresso de capital foi inferior às transações correntes, aparecendo um pela primeira vez na série um déficit do Balanço de Pagamento de R\$ 5,9 bilhões.

Enquanto ingressarem capitais, os déficits em transações correntes vão sendo cobertos. Quando isso não ocorrer mais, resta a utilização das reservas que estão em torno de US\$ 380 milhões (US\$ 376,9 milhões em outubro/2013, segundo a Revista Conjuntura Econômica de dezembro/2013).

Se os fatores apontados não indicarem uma tendência não haverá problemas devido ao tamanho das reservas, mas tudo indica que há essa tendência.

Fabio Giambiagi, em Além da Euforia, p.165, diz que quando se coteja a média de 2002 com a de 2011, verifica-se que houve um crescimento do índice dos produtos básicos na ordem de 273%, o total das exportações, 163%

e os termos de troca, 66%, um desempenho nunca visto. Isso também explica o bom desempenho da economia no período citado.

<b>Tabela 3.1. Saldo da balança comercial, das transações correntes e do balanço de pagamentos</b>				
Em US\$ milhões				
<b>Ano</b>	<b>Saldo Bal. comercial</b>	<b>Saldo trans. correntes</b>	<b>Balanço de capitais</b>	<b>Saldo Bal. pagamentos</b>
2003	24.794	4.177	5.111	8.496
2004	33.641	11.679	(7.523)	2.244
2005	44.703	13.985	(9.464)	4.319
2006	46.457	13.643	16.299	30.569
2007	40.032	1.551	89.086	87.484
2008	24.836	(28.192)	29.352	2.969
2009	25.290	(24.302)	71.301	46.651
2010	20.147	(47.273)	99.912	49.101
2011	29.793	(52.473)	112.381	58.637
2012	19.395	(54.249)	70.010	18.900
2013	2.558	(81.374)	73.778	(5.926)

Fonte: IPEA Data. Acesso em 24/02/2014.

A diferença para o saldo do balanço decorre de erros e omissões.

#### 4.1. Petrobras

Outro problema grave que está sendo gerado no atual governo diz respeito à administração da Petrobras. Segundo o jornal Valor Econômico, em matéria publicada em 24/02/2014, de autoria de Flávia Lima e outros, a defasagem no preço da gasolina doméstica, em dezembro de 2013 foi de 23,6%, já incorporados reajustes concedidos ao longo do ano. Se a defasagem fosse corrigida, a inflação teria fechado o ano acima de 6,5%, teto da meta de inflação, e não em 5,9% (IPCA). Mais precisamente, segundo a mesma matéria, **a inflação de 2013 seria de 6,61%**.

Ao subsidiar a gasolina, o governo ainda criou uma crise generalizada no setor de álcool. Os efeitos apareceram quando as vendas caíram 19%, entre 2008 e 2013, com perda de tributos difícil de estimar. O controle de preços desequilibrou a balança comercial dos combustíveis. **O déficit nas trocas da estatal foi de US\$ 24,4 bilhões em 2013**, o triplo do saldo negativo do ano



anterior. Com o desestímulo ao etanol, aumentou a demanda pela gasolina importada. Além de tudo isso implicou numa perda de arrecadação de 0,51% do PIB, mais da metade do superávit primário formado sem as receitas extras.

Apesar dessa defasagem, os preços dos combustíveis receberam reajustes bem superiores à inflação, o que denota que a administração da estatal não vai bem. Sobre esse assunto, o jornal Valor Econômico, de 26/02/2014, em matéria que trata do lucro da Petrobras, assim se expressa:

Apesar dos preços dos combustíveis no mercado interno estarem defasados em relação à cotação internacional, os resultados operacionais da estatal foram beneficiados por reajustes praticados ao longo do ano passado.

Duas rodadas de aumentos de preços — uma em janeiro e outra em novembro — para a gasolina elevaram os preços em 10,9% nas refinarias em 2013. Já para o diesel, houve três reajustes — um deles em março —, que resultaram em alta de 19,5% na cotação praticada pela Petrobras.

A obrigação de a Petrobras participar com 30% de todas as licitações, conforme estabelecido na Lei nº 12.351/2010, foi um entrave à exploração de petróleo, cuja produção vem caindo e a empresa vem perdendo valor no mercado. A Petrobras não tem recursos e, por isso, está se endividando em ritmo insustentável, conforme matéria do jornal Zero Hora referida no final deste item.

Além disso, a política de incentivo para a venda de veículos aumentou o consumo de combustíveis que são vendidos internamente a preços inferiores aos adquiridos no mercado externo, como política de combate à inflação.

Em função disso, os recursos obtidos na capitalização em 2010 foram empregados para cobrir os prejuízos na venda de combustíveis. Outro fator negativo dessa política foi a perda da arrecadação com sérios prejuízos a estados e municípios, principalmente aos pequenos municípios, os que mais dependem do FPM.

O jornal Zero Hora de 26/02/2014 traz importante matéria sobre a Petrobras em que demonstra por gráficos, sinteticamente, o seguinte:

- a) O lucro de 2012 foi de R\$ 23,57 bilhões, 11,3% superior ao do ano anterior, mas menor que o de 2006 (R\$ 25,9 bilhões) sete anos antes, em valores nominais.
- b) A dívida cresceu 353% no mesmo período, ao passar de R\$ 49 bilhões para R\$ 222 bilhões, também nominalmente.

c) A produção de petróleo medida em milhões de barris/dia foi de 1,931 em 2013, caindo 2% em relação a 2009, quando alcançou 1.970.

Em resumo, se há um órgão público que necessita **uma investigação séria e profunda**, esse órgão é a Petrobras.

## **5. Dívida líquida do setor público**

A dívida líquida do setor público entre 2010 e 2013 decresceu 8,9% em termos reais, passando de 24,1% para 19,3% do PIB. A dívida bruta cresceu R\$ 672 milhões ou 14,3%, em termos reais, em três anos (Tabela 4.1).

A razão do decréscimo da dívida líquida foi, além do aumento das disponibilidades, o crescimento dos haveres junto à administração indireta e os administrados pela STN.

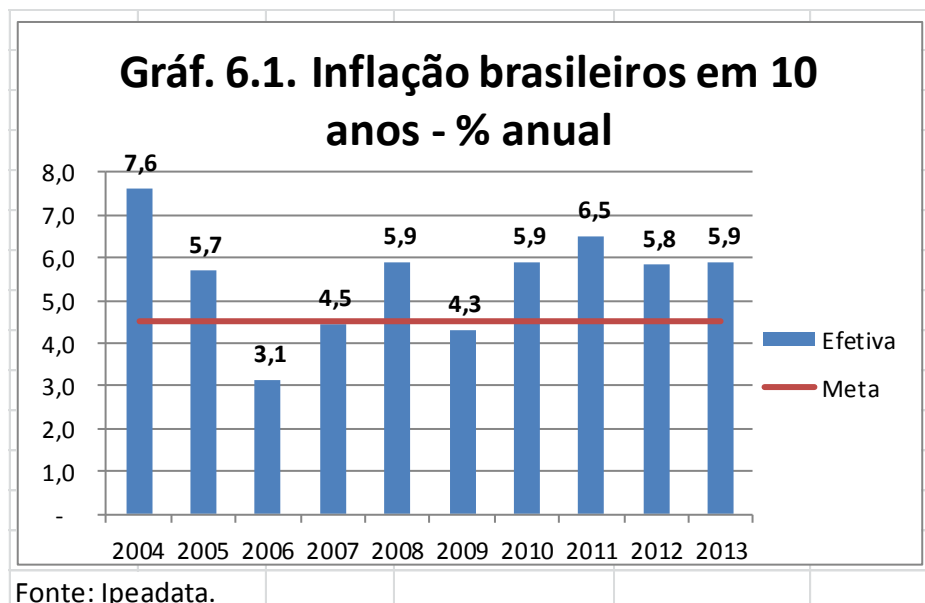
Os haveres administrados pela STN passaram de R\$ 104 milhões em janeiro/2006 para R\$ 596,6 milhões em dezembro/2013, num crescimento nominal de R\$ 492,6 milhões ou 473%. Isso se deve na quase totalidade às operações de crédito a juros subsidiados a grandes grupos empresariais.

Esses empréstimos subsidiados estão aumentando a taxa implícita de juros, porque o Tesouro recebe um taxa bem menor do que a paga na captação do recurso pela Selic.

<b>4.1. Dívida líquida do setor público</b>					
Em R\$ milhões correntes					
Descrição	31/12/2010		31/12/2013		Crescimento real (*)
	Valor	%	Valor	%	
DPMFi em poder do público	1.603.940,0	42,5%	2.028.126,0	42,2%	12,8%
DPMFi em poder do Bacen	703.203,0	18,7%	958.098,3	19,9%	21,5%
Demais obrigações internas	14.049,7	0,4%	4.288,3	0,1%	-72,8%
Dívida externa líquida	89.790,1	2,4%	94.363,8	2,0%	-6,2%
<b>Aplicações em títulos públicos</b>	-23.266,3	-0,6%	-25.268,1	-0,5%	-3,1%
<b>Dívida bruta</b>	<b>2.387.716,5</b>	<b>63,3%</b>	<b>3.059.608,3</b>	<b>63,7%</b>	<b>14,3%</b>
<b>Haveres internos</b>	<b>1.477.427,1</b>	<b>39,2%</b>	<b>2.130.071,4</b>	<b>44,3%</b>	<b>28,6%</b>
Disponibilidades internas	405.214,1	10,7%	669.645,7	13,9%	47,4%
Haveres junto aos governos regionais	471.705,5	12,5%	523.749,0	10,9%	-0,9%
Haveres junto à administração indireta	235.062,9	6,2%	340.010,4	7,1%	29,0%
Haveres administrados pela STN	365.444,6	9,7%	596.666,3	12,4%	45,7%
<b>Dívida líquida</b>	<b>910.289,4</b>	<b>24,1%</b>	<b>929.536,9</b>	<b>19,3%</b>	<b>-8,9%</b>
Fonte dados brutos: STN Séries Históricas dezembro/2013.					
Nota: DPMFi - Dívida pública mobiliária federal interna.			(*) Pelo IPCA.		

## 6. Inflação

No decorrer de dez anos (2004-2013) a inflação brasileira situou-se acima de meta de 4,5% em sete deles, meta essa que foi superada em todos os anos a partir de 2010. Em 2004 foi superado o teto superior da meta (6,5%), tendo-se igualado a ele em 2011 (Gráfico 6.1). A média do período foi 5,5%.



Deve ser destacado, ainda, que esses percentuais deveriam ser muito maiores se não fossem praticados certos procedimentos tendentes a segurá-

los, como é o caso dos preços dos combustíveis e outros preços administrados.

Se considerarmos os principais países da América do Sul mais o México, em número de onze, veremos que o Brasil tinha em 2012 a quarta maior inflação, ficando abaixo somente da Venezuela, Argentina e Uruguai e situando-se acima da média da América Latina, que era de 5,5%.



## 7. Emprego

Um dos indicadores sócio- econômicos positivos do País é a baixa taxa de desemprego, próxima a 5%, segundo o IBGE.

Com um PIB com reduzido crescimento, a manutenção dos atuais níveis da taxa de desemprego parece paradoxal. O baixo crescimento demográfico dos últimos anos deve estar influenciando nesse sentido. Além disso, uma grande parte da PIA (população em idade ativa) não faz parte da PEA (população economicamente ativa), baseada na qual é calculada a taxa de desemprego.

Estatísticas têm mostrado que contingentes grandes de jovens têm optado em não procurar emprego, ora porque querem estudar, ora porque, estando seus pais melhor remunerados, preferem não trabalhar. Com isso a PEA cresce menos que a PIA, que também, por fatores demográficos, não cresce tanto.

## **Conclusão**

O PIB brasileiro entre 1995 e 2002 cresceu mais ou menos igual ao da América Latina, mas menos que o do mundo. Entre 2003-2010 foram iguais, tanto o crescimento do PIB brasileiro como o da América Latina, que cresceram mais que o do mundo. A partir de 2011 o PIB brasileiro passou a crescer a uma taxa média que representa a metade da América Latina e bem menor que a do mundo.

A carga tributária aumentou de 17,40% do PIB em 1960 para 37,13% em 2012 (35,85%, segundo a Receita Federal). A participação da União (56,9%) manteve-se mais ou menos estável, com leve declínio, embora tenha aumentado sua parcela em relação ao PIB, de 10,4% para 21,14%.

Com essa participação no PIB nacional, a União consegue investir pouco mais de 1% do PIB e pagar a metade dos juros da dívida, porque seus gastos primários expandem-se sem cessar, passando de 13,71% do PIB em 1991 para 22,92% em 2013.

O superávit primário, que a poupança para pagar a dívida, apresentou sensível declínio nos últimos dois anos, mesmo ajudado por receitas extras e contabilidade criativa. O resultado mensal em 12 meses passou de 2,4% do PIB em janeiro/2012 para 1,6% em dezembro/2014, percentual esse que baixa para 0,9%, quando se retira as receitas extras. Isso fez o governo federal segurar da alteração do acordo da dívida dos estados e municípios ou desistir dele.

Isso decorre de um crescimento muito maior das despesas do que da receita, que sofre os efeitos do baixo crescimento da economia.

O baixo superávit primário, aliado ao aumento da taxa Selic e às operações de crédito com juros subsidiados estão elevando o valor da dívida pública, que entre 2010 e 2013 cresceu 14,3% no valor bruto.

Mas o grande problema brasileiro, como dos Estados e também dos municípios é o previdenciário, tanto no serviço público, como no Regime Geral. O déficit do Regime Próprio dos Servidores federal, que alcança em torno de um bilhão de beneficiário, é maior que do Regime Geral, que beneficia 27 milhões. O problema está é no crescimento, porque enquanto o primeiro cresce a uma taxa de 1,9% o segundo cresce a 6,17% tomado como base o ano de 2000.

As últimas reformas da previdência fizeram algumas modificações importantes, principalmente no setor público, mas deixaram algumas lacunas, como a manutenção das regras vigentes para os atuais servidores, a precocidade das aposentadorias e a generosidade das pensões. Como fator agravante, passamos por um envelhecimento acentuado da população.

As contas externas estão se deteriorando, com a redução do resultado comercial, que está contribuindo para o alto déficit em transações correntes, que em 2013 pela primeira vez desde 2003, superou o valor do ingresso de capital, gerando déficit no balanço de pagamentos. As reservas, porém, são bastante altas, de quase R\$ 400 bilhões.

Outro problema sério é a Petrobrás, com redução de lucros, aumento de endividamento. Mesmo que tenham ocorrido aumentos de combustíveis acima da inflação, os preços continuam insuficientes para cobrir a diferença da parte que é importada.

Os combustíveis não sobem mais porque estão sendo usados como meio de combate à inflação, que caso eles fossem reajustados adequadamente superaria o teto da meta, que é 6,5%.

O nível de emprego é o principal fator positivo na atual conjuntura, mas se deve principalmente à transição demográfica e, segundo alguns economistas, à preferência dos jovens em se manterem fora da população economicamente ativa, para estudarem ou simplesmente por ficarem na dependência dos pais, cuja renda maior está possibilitando isso.

Porto Alegre, fevereiro de 2013.